

A EXPANSÃO COLONIAL E O ESTUDO DAS LÍNGUAS EXÓTICAS PELOS EUROPEUS NOS SÉCULOS XV E XVI: O CASO DA ÁFRICA

*Eduardo de Almeida NAVARRO**

RESUMO: No século XV Portugal passou a tomar conhecimento das línguas faladas no continente africano. Com efeito, além do árabe, que já era conhecido por muitos navegadores, muitas outras línguas passaram a ser conhecidas por viajantes, comerciantes e religiosos portugueses. Contudo, foi somente no século XVII, em 1659, que foi impressa a primeira gramática de uma língua africana. A diáspora africana deslocaria também para outros continentes o empenho missionário de conversão dos negros escravos. Nesse sentido, há que se aludir às gramáticas de línguas africanas escritas na América. Um exemplo bem ilustrativo desse fato foi a “*Arte da Língua d’Angola*”, do padre Pedro Dias, publicada em 1698 e escrita no Brasil.

Palavras-chave: Expansão colonial; Diáspora; Portugal; África; Línguas africanas; Séculos XV-XVI

A DESCOBERTA DAS LÍNGUAS EXÓTICAS

No século XV, Portugal lançava-se à descoberta e à conquista do mundo exótico. Segundo Morais Silva, em seu “Grande Dicionário da Língua Portuguesa” (vol. IV, p. 1013-1014), “diz-se ordinariamente do que é extra-europeu e, mais especialmente, das terras longínquas tropicais”. O termo é empregado, hodiernamente, mais em seu sentido figurado de “estranho, esquisito, estapa-

(*) Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

fúrdio”. Vem do latim “exoticus” e, esse, do grego TMxwtikÒj, “de fora”, “externo”, derivado de œxw, “fora”. Segundo Corominas (1954, p. 464), o termo está documentado na língua espanhola desde 1614. No francês, contudo, o termo foi usado por Rabelais em Pantagruel, IV, I, já no século XVI:

“Marchandises exotiques et peregriines, qui estoyent par les halles du port.” (apud Littré, **Dictionnaire de la langue française**, vol II, p. 1566)

O caráter eurocêntrico do termo merece algumas reflexões. Com efeito, foi na Europa que se gestaram as novas condições econômicas, políticas, sociais e culturais que dariam ao mundo hodierno seus contornos definidores. Foi da Europa que partiram os impulsos transformadores que, progressivamente, iriam mundializar a economia capitalista, modelando o mundo *imagine et similitudine sua*, homogeneizando espaços e culturas, europeizando o *orbe* terrestre.

Ponto fulcral da nova situação geopolítica que se configurava desde o final do século quinze, a questão lingüística iria, naquele momento, emergir de modo espetacular.

A Europa medieval, decerto, não desconhecia a África e o Oriente. Ao contrário, eles estavam, curiosamente, dentro dela, se lembrarmos que os árabes dominaram a Península Ibérica do século VIII ao século XV. Marco Polo esteve na China no século XIII, estabelecendo contatos comerciais que os mercadores genoveses e venezianos iriam intensificar nos séculos posteriores. Contudo, a relação entre os europeus e a África e a Ásia foi mediada, até o século XV, pelos árabes. Estes foram uma presença tão constante, tão forte na bacia do Mediterrâneo durante séculos, que à língua árabe não caberia, em rigor, o ser chamada uma língua “exótica”, e isso também por causa da parença entre ela e o hebraico, língua da Bíblia. O árabe, com efeito, assume na Península Ibérica foros de língua clássica, na qual se vasou importante literatura na Idade Média.

Ao se preparar Colombo para sua quarta viagem, em 1502, em que almejava encontrar o ambicioso caminho para o Oriente, rumo a Oeste, buscando chegar ao império do Grande Khan da Tartária,

pidió que pudiese llevar dos o tres hombres que supiesen arábigo, porque siempre tuvo opinión que, pasada esta nuestra tierra firme, si estrecho de mar hallase, que había de topar gente del Gran Khan o de otras que aquella lengua o algo de ella hablasen. (**Las casas**, 1955, *livro II*, cap. IV, p. 208)

A crença na extensão quase universal do árabe era tão forte que nas expedições de Vasco da Gama e Cabral vinham marinheiros que conheciam aquela língua.

Desse modo, o que de exotismos chineses, persas, africanos e doutras partes penetraram a Europa medieval, foram-no graças à mediação dos árabes, que dominavam grande parte da bacia do Mediterrâneo, e em grande parte o fizeram de forma arabizada.

Já com as Grandes Navegações, nos séculos XV e XVI, (e recordemos que o ano do descobrimento da América coincidiu com o da expulsão definitiva dos árabes da Espanha), a Europa iria defrontar-se, dessa feita, com uma gama variadíssima de línguas, o que esboroava a vetusta concepção da universalidade do árabe. Somente o conhecimento das línguas das novas terras descobertas facultaria a ação missionária. Bem o vislumbrou Inácio de Loyola, que nas Constituições de 1540 escrevia:

Ad maiorem unionem eorum qui in Societate vivunt & c. singuli addiscant eius regionis linguam, in qua resident.

Para a maior união daqueles que na sociedade vivem e doutros, cada um aprenda a língua da região em que reside. (apud Araújo, 1952, Prólogo)

Desse modo, fazia-se imperiosa a necessidade de se gramaticalizarem as línguas exóticas e tal foi a tarefa assumida pelas grandes ordens religiosas: os franciscanos, os dominicanos, os agostinianos e os jesuítas, que dotaram muitas daquelas línguas de uma literatura escrita, fato antes desconhecido por muitas sociedades, que eram ágrafas.

Assim, a comunicação entre o mundo europeu e o mundo exótico apresentava dois níveis principais: o puramente dialógico e o nível pedagógico. No nível dialógico, situa-se o mercantilismo, que necessitava estabelecer bases comerciais em ultramar, devendo, assim, contar com a colaboração de algumas camadas sociais das regiões dominadas. O segundo nível de comunicação com o mundo exótico, que era o pedagógico, foi aquele em que se deu o trabalho apostólico, missionário. Não se tratava mais de dialogar, mas, agora, de ensinar, na sua acepção etimológica, isto é, “imprimir signos” (do latim *in* + *signare*). O europeu passará, então, a produzir literatura nas línguas exóticas, destinada aos povos d'além-mar, enquanto puramente *ouvintes* ou enquanto *leitores* dos textos produzidos. No caso da produção de textos para serem lidos pelos povos de ultramar, eles deveriam, no que tange às sociedades letradas, ser vertidos para as suas línguas ou no seu próprio sistema gráfico ou no alfabeto latino (dando-se, então, a transliteração). Neste último caso, impunha-se a alfabetização dos po-

vos exóticos no sistema gráfico latino. Na hipótese de haver a produção de textos destinados a sociedades ágrafas, somente a alfabetização far-se-ia necessária.

Fato, assim, de subida importância foi a existência de cartilhas em línguas exóticas, provando que houve alfabetização nas mesmas já nas primeiras décadas do século XVI.

Em 1554, sob os auspícios de D. João III, inicia-se a publicação de obras didáticas destinadas não só ao ensino de português aos povos de ultramar, mas à alfabetização desses nas próprias línguas exóticas. Informa-nos Pinto (1948, p. 327), que houve, no século XVII, cartilhas em línguas africanas:

Em 1624, o Padre Mateus Cardoso que ali dirigia a missão dos jesuítas, traduziu a célebre cartilha de Marcos Jorge para a língua do Congo, dedicando-a ao muito poderoso e catholico Rei do Congo D. Pedro Afonso, segundo deste nome. Nota Inocência que a versão é interlinear, trazendo primeiramente o texto em português e, por baixo de cada regra, a tradução correspondente em língua Conguesa.

As obras gramaticais, contudo, que são as que aqui nos interessam mais de perto, constituíam um gênero de literatura (em seu sentido lato, é claro) feita por missionários e para missionários. Produzir gramáticas para falantes da língua que é gramaticalizada somente faz sentido se se tiver por objetivo a preservação e o ensino de um patrimônio literário escrito ou a afirmação de uma nacionalidade. Segundo João de Barros (op. cit., p. 293), a gramática é “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos”. Ora, esse não era o objetivo dos missionários ao gramaticalizarem as línguas exóticas. Não lhes interessava preservar patrimônio literário escrito algum (e, no caso da maior parte das línguas africanas, ele não existia), mas levar a mensagem evangélica aos povos de ultramar. Muito menos poderia ser o seu desiderato a afirmação de uma nacionalidade: essa deveria anular-se em face da empresa colonial e os povos de ultramar dever-se-iam converter em súditos dos reis europeus.

A catequese, com efeito, era o corolário do trabalho de dicionarização e gramaticalização. Assim, na tríade *vocabulário, gramática e literatura catequética* esgotavam-se as exigências de produção de textos que se punham diante das ordens religiosas e de seus missionários.

Nem sempre, contudo, se estava diante de línguas de tradição puramente oral. No século XVI os europeus defrontaram-se também com sociedades complexas que já conheciam a escrita e que já possuíam literatura escrita mais que

milénar: foi o caso dos chineses, dos japoneses e dos indianos, que possuíam, inclusive, livros religiosos tão antigos ou mais antigos, ainda, que a Bíblia, como é o caso do Rg Veda e do Tao Te King. Nesse caso, as exigências do estudo lingüístico por parte dos missionários transcendia a mera produção de textos catequéticos. Bem ilustrativo dessa situação deparada pelos missionários na Ásia foi o trabalho do jesuíta Matteo Ricci, na China, que chegou a Macau em 1582. Ricci produziu literatura em chinês de natureza não catequética, com o fito explícito de chamar a atenção da China para sua cultura e, ao interessar os chineses em sua cultura, buscava levá-los a se interessarem pelo seu Deus.

A ÁFRICA E SUAS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS

Antes mesmo de empreenderem a conquista do Atlântico, Portugal e Espanha já haviam vivenciado a poliglossia dentro de seu próprio território, onde o hebraico era usado pelos numerosos judeus lá estabelecidos e o árabe era ainda falado pelos moçárabes e pelos seus imediatos descendentes, língua da qual não se apartariam facilmente.

Com a tomada de Ceuta, em 1415, iniciava-se a gesta portuguesa na África, o que redundaria nos contatos cada vez mais intensos com as realidades lingüísticas do continente. Somente em 1498 Portugal abria o caminho para a Ásia pelos grandes oceanos. Desse modo, quase todo o século XV seria uma época de relações intensas entre Portugal e a África e de conhecimento das novas línguas ali deparadas. Com efeito, além do árabe, que já era conhecido por muitos navegadores, as línguas berbere, a guineense, a mandinga, as línguas do ramo kafir-zumbo, o quimbundo e muitas outras passaram a ser conhecidas por navegadores, comerciantes e religiosos portugueses. Reconhece Fonseca (1940, p. 159) que “por intermédio da grande legião dos portugueses conhecedores das línguas indígenas (i.e., da África), e por conseguinte, superiormente aptos a se relacionarem com os naturais dessas novas regiões encontradas, é que a velha civilização européia tomou conhecimento das particularidades geográficas e etnográficas de imensos territórios que se ignoravam”.

Contudo, se as línguas africanas passaram a ser mais bem conhecidas desde a quarta década do século XV, quando o Infante D. Henrique encetou seu grande empreendimento náutico, foi somente no século XVII, em 1659, que foi impressa a primeira gramática de uma língua africana, o kikongo. Intitulava-se ela *Regulae quaedam pro difficillimi Congresium idiomatis faciliiori captu ad gramaticae normam redactae*. A gramática foi publicada em Roma e seu autor era o Pe. Jacinto Brusciotto di Vetralla. Segundo Alexandre (1967, p. 30):

C'est un ouvrage remarquablement en avance sur son temps, malgré ce titre incontestablement d'époque, et d'autant plus moderne, si l'on peut dire, que le P. Brusciotto ne semble pas avoir jamais mis les pieds au Congo, mais a plutôt écrit son ouvrage à partir des observations, traductions, compilations de vocabulaires, etc., de missionnaires ayant travaillé sur place.

É uma obra notavelmente avançada para seu tempo, malgrado esse título incontestavelmente de época e tanto mais moderno, se assim se pode dizer, se se considerar que o Pe. Brusciotto não parece jamais ter posto os pés no Congo, mas, antes, escreveu sua obra a partir das observações, traduções, compilações de vocabulários, etc., de missionários que trabalharam no local.

É pasmoso, com efeito, o atraso com que uma língua africana era gramaticalizada. Se já havia mais de duzentos anos que os europeus frequentavam as costas africanas, se em 1498 todo o contorno do continente era conhecido, quando Vasco da Gama realizou seu périplo, se as línguas africanas eram faladas desde o século XV pelos agentes da expansão portuguesa no continente, por que se retardaria tão largamente a gramaticalização das línguas da África? É necessário que saibamos, outrossim, que dezenas de gramáticas de línguas ameríndias e de línguas asiáticas já estavam publicadas quando a primeira gramática de uma língua africana veio ao prelo.

A explicação do fato parece-nos fácil: que outro continente teve sociedades inteiras emigradas à força pelo tráfico de escravos? E qual foi o estatuto que a antropologia dos séculos XV e seguintes concedeu ao negro africano? A escravidão negra representava, com efeito, descompromisso com o estudo científico do continente, a negação das culturas autóctones.

A migração forçada de imensos contingentes de africanos para a América e também para a Europa deslocaria para outros continentes o empenho missionário de conversão dos negros escravos. Nesse sentido, há que se aludir às gramáticas de línguas africanas escritas na América. Um exemplo bem ilustrativo desse fato foi a *“Arte da Língua d'Angola”*, do jesuíta Pedro Dias, publicada em 1698, que incidia sobre uma língua geral africana do Brasil, o quimbundo, e que objetivava a catequese dos escravos. Embora publicada em Portugal, a gramática de Pedro Dias foi escrita no Brasil, tendo sido a primeira gramática daquela língua africana publicada no mundo.

Tais fatos e muitos outros dão-nos a vislumbrar o grau de desestruturação que a migração forçada dos negros africanos engendrava, não se justificando, pois, a publicação de gramáticas numa situação de tal instabilidade social. Bem ressalta Alexandre (1967, p. 30) que *“l'étude scientifique du Continent Noir ne reprend guère, en effet, qu'avec le développement du mouvement anti-esclavagiste qui lui est*

étroitement lié; en un sens, philanthropes et philosophes ont besoin, pour justifier leur campagnes humanitaires, de prouver non pas seulement la dignité, mais même la simple humanité de l' homme africain". ["...o estudo científico do Continente Negro não foi empreendido, quase nada, com efeito, senão com o desenvolvimento do movimento anti-escravagista que lhe está estreitamente ligado; num certo sentido, filantropos e filósofos têm necessidade, para justificarem suas campanhas humanitárias, de provar não somente a dignidade, mas, mesmo, a simples humanidade do homem africano."]

A idéia da “ineducabilidade” do homem africano, da sua bruteza e inaptidão a uma “verdadeira cultura” emanava da pena de muitos missionários e colonizadores, com evidentes reflexos sobre a produção de textos catequéticos, que foi pequena no continente negro. Em 1637, segundo nos informa o Pe. Franco sobre o Congo (*apud* Pinto, 1948, p. 328) ... “os jesuítas, depois de sacrifícios sobre-humanos, vêem-se forçados a retirar-se (...) por ser o clima tão doente que entrar nele e morrer distavam muito pouco: as gentes tão bárbaras que parecia não se ter dado por achada com eles a natureza humana, de que apenas mostravam ter umas feições em tudo grosseiras.”

Há notícias, contudo, de publicação de literatura religiosa nas línguas africanas nos séculos XVI e XVII: em 1560 era publicado em Goa um *Tratado* dedicado aos abissínios pelo Pe. Gonçalo Rodrigues. Em 1624 e 1629 são publicados, respectivamente, uma *Doutrina Cristã* e um livro de orações. Em 1661 o Pe. Antônio do Couto, natural da capital do Reino de Angola, publica um *Catecismo em três línguas: Português, Latim e Angolano*. Em 1642 é publicada em língua e caracteres abexins (da Etiópia) a *Magseph Assetat sive Flagellum Mendaciorum*, do Pe. Antônio Fernandes. Essa obra foi publicada na Índia. Também na Índia foi publicada, em língua e caracteres abexins, pelo mesmo autor, a *Vida da Virgem Santíssima*, em 1652.

Pinto (op. cit.) dá-nos notícia de várias obras escritas na Abissínia que não vieram ao prelo: os jesuítas Antônio Fernandes e Pero Paes traduziram o Evangelho para o abexim e verteram para o geez (outra língua da Abissínia) os comentários das Sagradas Escrituras. Por volta de 1614 os padres Luís de Azevedo e Francisco Antônio Angelis “ocupam-se a trasladar alguns livros nossos na língua da terra” (i.e., da Abissínia). (*ibidem*, p. 350). Seriam interpretações dos Evangelhos, de Epístolas e do Apocalipse. Em 1626 o Patriarca Afonso Mendes escreveu um *Catecismo* em língua abexim, que o *Negus* da Etiópia chamaria de *Bran Hamayot* (“Luz da Fé”). Na segunda década de 1600, o Pe. Luís d’Azevedo compôs uma *Gramática Amharica*, que foi a primeira da língua da Etiópia, traduzindo também o Novo Testamento, em colaboração com Luís Cordeiro.

CONCLUSÕES

A gramaticalização das línguas africanas, como as dos outros continentes em que se iniciava a colonização europeia foi obra de missionários gramáticos. Como vimos, o maior número de textos que chegaram até nós foram escritos na Etiópia, justamente onde os europeus encontraram uma sociedade letrada, com forte tradição cultural e, desde o século IV convertida ao cristianismo, ainda que dentro da heresia monofisita, a almejada e sonhada terra do Preste João. Era necessária, assim, a reconversão da Etiópia ao “verdadeiro” cristianismo e tal foi o papel dos missionários jesuítas que lá se estabeleceram.

Mas, no caso das sociedades ágrafas, a situação foi lastimável. A colonização europeia não viu nenhuma necessidade de gramaticalizar as línguas africanas *in loco* uma vez que à maior parte da África estaria destinado um papel bem específico na nova ordem econômica que se instaurava então: a de fornecer mão-de-obra escrava para outros continentes. Com exceção da Etiópia, que nunca foi, praticamente, colonizada pelos europeus, senão por curtos períodos no século XX, a África teve sua realidade lingüística praticamente ignorada pelos europeus por longo tempo. De todo o mundo extra-europeu que se inseria na ordem capitalista mercantil emergente, a África foi o continente onde o processo colonizatório foi mais perverso, por ter sido sua cultura a mais ignorada.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, A. *Cartas*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1884.
- ALEXANDRE, P. *Langues e langage en Afrique noire*. Paris: Payot, 1967.
- ARAÚJO, A. *Catecismo na língua brasílica* (1618). Rio de Janeiro: PUC, 1952.
- ASENSIO, E. La lengua, compañera del Imperio. *Revista de Filología Española*, XLIII: 105-120, Madrid, 1960.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BAIÃO, A. et al. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Editorial Ática, 1939.
- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa* (1540). (Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971a.
- CASTELO-BRANCO, F. Cartilhas quinhentistas para ensinar a ler. *Boletim Bibliográfico e Informativo*, 14: 291-315, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Centro de Investigação Pedagógica, 1971.
- DIAS, P. *Arte da língua d'Angola*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes. 1697.
- FONSECA, Q. O conhecimento das línguas africanas e orientais auxiliando a expansão do Império Português. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo III. Lisboa, 1940, p. 157-169.

África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 22-23: 223-231, 1999/2000/2001.

LAS CASAS, B. *Historia de las Indias*. Mexico: Fondo Económico de Cultura, 1955.

LITTRÉ, E. *Dictionnaire de la langue française*. Paris: Librairie Hachette, s.d.

MORAIS Silva, A. *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, s.d.

NEBRIJA, E. A. *Gramática de la lengua castellana (1492)*. (Introdução de A. Quilis). Madrid: Editora Nacional, 1980.

PINTO, A. C. *Da famosa arte da imprimeira*. Lisboa, 1948.

REGO, S. *História das missões do padroado português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1949.

RICCI, M. *Opere storiche*. Pietro Tacchi Venturi, S. J. (org.), Ed. Macerata, 1913.

SPENCE, J. D. *O palácio da memória de Matteo Ricci*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VIÑAZA, Conde de. *Bibliografía española de lenguas Indígenas de America*. Madrid: Est. Tip. Sucesores de Rivadeneyra, 1892.

VITERBO, S. Notícia de alguns arabistas e intérpretes de línguas africanas e orientais. *O Instituto*, vol. 52, Coimbra, 1905.

ABSTRACT: In the XVIth century Portugal acquainted itself with those languages spoken in Africa. In fact, besides of Arabic, already known by many sailors, many other languages were revealed to Europeans and they became known by many voyagers, merchants and missionaries. Meanwhile, only in the XVIIth century, in 1659, it was published the first grammar of an African language. African diaspora, besides of displacing Negroes away from their own land, would displace to other continents the missionary effort at converting those peoples into Christianity. In this sense, it is necessary to refer to African languages grammars written in America. As an example of that, one should mention the grammar by father Pedro Dias, written in Brazil and published in 1698, the title of which was “*Arte da Língua d’Angola*”.

Keywords: Colonial expansion; Diáspora; Portugal; Africa; African languages; Centuries XV-XVI